

**A cultura da tradução do desenvolvimento: A propósito da China e suas interpretações**

**RESUMO:**

Este trabalho tem como objetivo levantar algumas questões a respeito da forma que usualmente vemos a China, um país de 1.5 bilhão de habitantes, com mais de 5 mil anos de história, mas que pecamos ao encará-lo com a lente enviesada de uma Guerra Fria que nunca acabou. Desta forma, estudar a China torna-se um desafio de duas dimensões aos pesquisadores: primeiro, a aproximação da história de um povo milenar deve ser despida de todo e qualquer preconceito, dogma e até mesmo ideologia – apreender a história do Partido Comunista da China como transformador da realidade chinesa é essencial; segundo, o cuidado para interpretar hábitos e costumes deve ser constante – a sociedade chinesa, fundamentada em princípios do Taoísmo e Confucionismo não cabe no individualismo rousseauano liberal que domina o ocidente. Assim, reunimos outras questões, de viés econômico, a uma discussão já existente.

**Palavras-chave:** China. Tradução. Cultura. Desenvolvimento. Economia.

**The culture of development translation: About China and its interpretations**

**ABSTRACT:**

This work aims to raise some questions about the way we usually see China. We have in mind a country of 1.5 billion people, with more than 5,000 years of history, but we have looked at them through the slanted lens of a Cold War that never ended. In this way, studying China becomes a challenge for researchers, in two dimensions: first, the approximation of the history of its people must be stripped of all prejudice, dogma and even ideology – apprehending the history of the Communist Party of China as a transformer of Chinese reality is essential; second, the care to interpret habits and customs must be constant – Chinese society, based on the principles of Taoism and Confucianism, does not fit in the Rousseau liberal individualism that dominates the West. Thus, we join other issues, from an economic perspective, to an already existing discussion.

**Keywords:** China. Translation. Culture. Development. Economy.

Demian Castro<sup>1</sup>

Jaderson Goulart Jr.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professor associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ambos na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Mestre pelo mesmo programa e bacharel em Ciências Econômicas, UFPR.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo especula sobre possíveis desdobramentos em campos culturais específicos, da crescente dimensão mundial da China na geopolítica e na economia. Por que nos propomos a especular? Porque diferentemente destas áreas em que é indiscutível a consistência do seu avanço, ao ponto de receber uma resposta belicosa dos Estados Unidos e de partes da Europa, o campo da cultura e da formação de comportamentos e estilos sociais ainda é muito nebuloso. É possível tratar o atual momento histórico, em que ações e reações têm como epicentro a China e os Estados Unidos, como uma etapa longa de transição da qual pouco sabemos sobre seu ponto de chegada – uma transição nas forças produtivas e no tabuleiro das relações internacionais e luta pela hegemonia. A China também caminha na sua própria transição histórica rumo a uma forma superior de socialismo que envolve aspectos endógenos e exógenos do seu espaço nacional. Nosso propósito é discutir o que aqui chamamos cultura da tradução: o modo como nos *think tanks* dos países capitalistas avançados se produz um saber permeado por cânones preconcebidos, isto é, enviesados pelo olhar ocidental. Privilegiamos o campo do “saber econômico”.

Entretanto, não se trata apenas de uma construção deliberada do olhar ocidental sobre a China. No processo de desenvolvimento das suas forças produtivas a partir da década de 1980, a China teve que importar parte deste saber, o que se traduziu na estruturação de cursos de economia capazes de formar profissionais aptos a projetar e gerenciar a “materialidade” do capital. Mais ainda, o atual posicionamento chinês em termos de produção e riqueza tem muito a ver com o modo como o país absorveu as experiências dos países capitalistas avançados a partir do pós-guerra em matéria de planejamento e coordenação. Aqui temos duas questões: uma diz respeito à análise do modo como esse saber se transfigurou no ambiente político e institucional chinês e de que forma ele pode se refletir nos países capitalistas. Outra, ainda mais difícil, é pensar se a China terá que pagar um preço pelos condicionantes globais do seu processo de modernização, entrando em choque com seu passado milenar. Caso tivéssemos que definir um campo temático para este artigo, diríamos que estamos lidando com possíveis trajetórias da cultura econômica resultante do crescente protagonismo da

China. Mais do que um resultado de pesquisas consolidadas, este artigo deve ser visto como parte de uma agenda de observação de fenômenos em pleno desenvolvimento.

Este artigo está dividido em três partes além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte, fazemos observações sobre o que denominamos “cultura da tradução”, buscando separar duas situações, uma enquanto processo produzido pelo encontro de civilizações e a outra enquanto conjunto de ideias preconcebidas, produzidas por núcleos de poder que, sem dar voz ao “outro”, fazem julgamentos e recomendações. Na segunda parte procuramos desdobrar a segunda situação, em relação ao desenvolvimento econômico chinês, discutindo questões muito caras ao *mainstream* tais como tamanho do Estado, austeridade fiscal, capitalismo de Estado, entre outras, mostrando como esses pontos de vista são particularmente nefastos em países periféricos. Na terceira parte, transitamos brevemente para o campo da política e discutimos os equívocos da “cultura da tradução” quando pressupõe que a democracia é um valor universal na forma em que se desenvolveu idealmente no ocidente. Na conclusão, procuramos sintetizar os principais aspectos do que foi discutido e reforçar mais uma vez o seu caráter provisório e a necessidade de buscar vias de comunicação e conhecimento para além dos preconceitos, que permitam um verdadeiro encontro de civilizações.

## **A CULTURA DA TRADUÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO**

Os pesquisadores que estudam processos de desenvolvimento com o propósito de confrontar trajetórias com as das suas nações de origem ou simplesmente para produzir entendimentos sem contrapontos, tendem a carregar parâmetros e estruturas de pensamento que influenciam os resultados da imersão no desconhecido. Diferentemente da “tabula rasa” que caracteriza as crianças em processo de formação, a percepção do novo recebe, em muitos casos, os invólucros da visão já formatada a partir de experiências já teorizadas ou analisadas. Assim, parece que a visita a outros ambientes é uma viagem segura, protegida por hábitos culturais já adquiridos.

O saber é produzido através de formas variadas de comunicação e troca. Em um determinado momento, essa troca envolve interpretar o que o outro, o emissor de sinais, está querendo dizer. Em certo sentido, a vida é um eterno processo de recepção e processamento de sinais emitidos por outros. Quando esse processo se refere a relações individuais, tenta-se “adivinhar” o que o outro pensa e diz. Interpretamos e lemos pensamentos dos outros. O tempo inteiro estamos a traduzir. Com graus variados de sucesso intentamos transpor os mundos individuais ou coletivos mediante “traduções”. Fazemos uma leitura do mundo, interpretamos, traduzimos.

Há um longo espaço-tempo entre aquilo que atrai a atenção em outro ambiente, território, sejam indivíduos isolados ou em coletividades. Desvendar o real e seu significado para esses indivíduos ambientados em outros territórios, interpretar e fazer que no campo do familiar ou habitual esses (possíveis) significados façam sentido, “adequar a música” a nossos ouvidos, sutilezas que estabelecem rotas diferenciadas e locais de chegada completamente diferentes. Ocidentalizar o oriente e orientalizar o ocidente. Sem, contudo, poder delimitar claramente onde podem ocorrer as transfigurações dos significados. O tradutor interpreta e agrega novos sentidos reconstruindo os sinais “originais”.

Quando se trata do conhecimento organizado, institucionalizado e sujeito ao jogo do poder, estas interpretações ou traduções aparecem cristalizadas e entram na área das influências e acomodações orientadas a formar público e adeptos. Neste plano, as interpretações intentam ganhar o poder da verdade, aparecer como formulações inquestionáveis. Destas derivam recomendações, decálogos, orientações a pautar comportamentos e políticas públicas. O apoio ou sustento financeiro fortalecem esta capacidade de influenciar as opiniões, o dinheiro investido ajuda a produzir as verdades necessárias ao jogo do poder. Democracia, liberdade, livre-mercado, propriedade intelectual e patentes, Consenso de Washington, finanças sadias – são palavras chaves a forjar caminhos coletivos de validade universal. Neste plano, a riqueza das interpretações e das traduções desaparece e abre caminho à banalização do outro.

Edward Said, na sua obra “Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente”<sup>3</sup> em que estuda a origem da construção de um campo de saber preconcebido e domesticado sobre o mundo ao leste da Europa a partir do século XVIII, afirma:

O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidade”, destino e assim por diante. (p. 29)

E mais adiante:

Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente- fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. (p. 29)

Desde a sua origem este campo de saber “construído”, que parte da superioridade civilizatória do ocidente cristão (Europa), é impermeável à reinvenção que a descoberta do novo pode suscitar em pensadores abertos: ao contrário, cada peça trazida do “Leste” deve encaixar-se em compartimentos analíticos preexistentes e que sempre estão destinados a confirmar o saber que se pretende hegemónico. Embora mais concentrado no orientalismo referente ao mundo islâmico, a obra de Said pode desdobrar-se para as “construções” referentes ao “extremo oriente”.

Ao longo do século vinte, na Europa e nos Estados Unidos, surgiram centenas de *think tanks* dedicados a estudar e catalogar a China ( e o “Oriente” como objeto construído desde o século XVIII) como suporte ideológico colonialista e imperialista-vigente durante cem anos desde a guerra do ópio em 1840-, reunindo um acervo de material variadíssimo, textos, análises, relatórios, balanços de pesquisas arqueológicas, que alimentaram, mesmo quando reconheciam a sabedoria ancestral da civilização chinesa, um saber funcional para que o exercício da dominação fosse bem sucedido.

---

<sup>3</sup> SAID, 2007.

Talvez o exemplo mais evidente seja a atitude ante a língua chinesa, especificamente o mandarim. Como aponta Alleton<sup>4</sup>, há registros de comunicações ativas entre o Império Mongol e reinos europeus desde o século XIII (a viagem de Guillaume de Rubruck, enviado pelo rei da França, Luís IX, até a corte mongol), além das anotações sobre a viagem de Marco Polo à China, mas o primeiro documento europeu a tratar da língua chinesa é datado do fim do século XVI: em 1591, o padre José d'Acosta publica em Lisboa o livro “História natural das Índias, tanto orientais como ocidentais”. A partir de então, surge um grande interesse por idiomas exóticos, e o maior estereótipo contra o mandarim é fundado: dada a complexidade de sua escrita, supôs-se que a sua escrita era dada em forma de *ideogramas*, isto é, que cada caractere representasse uma ideia, sem qualquer correlação fonética.

A partir do triunfo da revolução socialista em 1949 e o caldo de disputas ideológicas construído durante a vigência da guerra fria, foi acentuado, com raríssimas exceções, o caráter enviesado e preconceituoso dos centros produtores de “especialistas no assunto Oriente”<sup>5</sup>. Desde a retomada das relações diplomáticas entre China e Estados Unidos em 1972<sup>6</sup> e, mais claramente, desde quando Deng Xiaoping iniciou o seu comando e as reformas, estes centros e em geral as diplomacias dos países capitalistas avançados, trabalharam a narrativa de que a China definitivamente trilhava o caminho do modo de produção capitalista. Agora, o pensamento dominante carrega(va) a sua artilharia para o autoritarismo e déficit democrático. No entanto, estas críticas não impediram, sob a globalização impulsada pela finança americana, o adensamento e deslocamento das cadeias globais de valor para a China.

Diferentemente do Japão nos anos oitenta<sup>7</sup>, a ascensão e protagonismo da China no século XXI, por vários caminhos, obriga a repensar o mundo oriental e suas interpretações ocidentalizadas. Nos anos oitenta, o fenômeno industrial e tecnológico japonês não parecia apresentar contundência para alterar as coordenadas das sociedades afluentes e culturalmente dominantes. Interpretar e traduzir o Japão implicava no desejo

---

<sup>4</sup> ALLETON, 2010, 7-13.

<sup>5</sup> SAID, 2007. Ver também MARTI, 2021 - livro com excelentes informações históricas mas totalmente (des)configurado pela visão dominante nos Estados Unidos.

<sup>6</sup> KISSINGER, 2013.

<sup>7</sup> Ver FILHO, 1999.

utilitarista de renovar as obsoletas forças produtivas fordistas. No caso da China, de território e população imensos, multicultural, heterogênea e longeva, as implicações da sua configuração atual representam muito mais do que uma “andorinha querendo fazer verão”.

Pontuemos aqui que não é nosso propósito subestimar a experiência japonesa, apenas indicamos que, para além do seu legado cultural, o Japão a poucos parecia que iria alterar as relações de poder vigentes em nível internacional. Após o acordo de Plaza, as previsões mais realistas passaram a ser confirmadas. Porém, a trajetória do Japão na segunda metade do século vinte comporta significados culturalmente importantes: depois das bombas atômicas e da ocupação, o país ocupou a vanguarda em processos e produtos industriais, mas, em 1970, o escritor Yukio Mishima crítico pertinaz da ocidentalização e nacionalista radical, cometeu suicídio. Estaria antecipando que a modernização capitalista produz a eliminação da memória?<sup>8</sup>

Desde o início do século vinte a trajetória da República Popular da China é uma resultante das suas respostas à conjuntura internacional e, evidentemente, a seus problemas endógenos. A partir dos anos oitenta, os caminhos chineses são alicerçados numa leitura, uma tradução dos limites e possibilidades estabelecidos pelo jogo de poder entre as nações capitalistas. Diferentemente do período que antecedeu ao século das grandes humilhações, a China hoje é parte constitutiva do (incerto) cenário internacional. Ao constituir-se em epicentro da produção, com enorme capacidade soberana de formatar as bases do seu desenvolvimento, assume, quase que naturalmente, um papel central na trajetória das forças produtivas e dos tempos de trabalho.

A partir dos anos oitenta, uma quantidade enorme de chineses foi para os Estados Unidos e países da Europa, estudar economia para coletar o “saber ocidental” que neste campo produz a racionalidade que está por traz do desenvolvimento das forças produtivas. A Universidade de Beijing fez um convênio com a Stanford University e acolheu um grupo de pesquisadores que participou ativamente do assessoramento das reformas de Deng Xiaoping.

---

<sup>8</sup> O filme “Mishima: uma vida em quatro tempos” (1985) de Paul Schrader, faz uma excelente revisão do movimento nacionalista do escritor Yukio Mishima.

Este saber nasceu com o capitalismo e deu lugar à economia política clássica e marxista e, depois dos anos setenta do século XIX, formatou a teoria econômica com seus componentes micro e macroeconômicos. Seja mistificando a realidade ou apontando criticamente as contradições da sua trajetória, este saber nasceu comprometido com a fenomenologia histórica do desenvolvimento capitalista. Ao desembarcar na China, abriu uma estrada de duas mãos, com interpenetrações cruzadas porque, ao mesmo tempo, o território de desembarque produziu uma química inesperada: sob a guarda do partido e do Estado, este conhecimento produzido nas entranhas do capitalismo sofreu uma transfiguração. Alguns autores menos contaminados pelos clichês dos manuais neoliberais apontam que o tipo de regulação que o planejamento estatal (endógeno) produz na China cria, paradoxalmente, o ambiente idealizado por Keynes quando indicava que ao Estado cabia a função de “socializar os investimentos”.<sup>9</sup>

Olhando a história como o desenrolar de processos temporalmente longos, é necessário convir em que, nem a China possui a experiência do mundo e conhecimento das múltiplas nuances das nações que sua internacionalização exige, nem o mundo, as nações, possuem o conhecimento do que é a China. Trata-se de um cruzamento de interpretações e traduções em direções variadas. A Belt and Road Initiative constitui um grande território para experimentação destas questões. Por outro lado, é preciso reconhecer que nem toda tradução produz distorção e falseamento ideológico, há espaço (esperamos) para múltiplas compreensões construtivas, embora ainda seja cedo para datar estes acontecimentos tendo em vista as atuais polarizações “manipuladas” entre EUA, o “Oriente” e a China. Este tipo de compreensão cruzada “ideal” deveria dar suporte a relações diplomáticas “win to win”.

Retrospectivamente, como mostra Claudio Napoleoni no seu clássico *A teoria da planificação*<sup>10</sup>, é curioso constatar como alguns resultados teóricos foram produzidos depois de transitar “erraticamente” entre gabinetes da chamada economia burguesa e instâncias de decisão socialistas. Inicialmente, os autores neoclássicos apontavam que sem o todo poderoso mercado seria impossível produzir um sistema de preços relativos

---

<sup>9</sup> KEYNES, Cap. 24, 1982.

<sup>10</sup> NAPOLEONI, 1973.

eficientes em condições de conduzir o cálculo econômico pelos caminhos da escassez. Mas, paradoxalmente, os modelos de equilíbrio geral (Walras) encontraram a sua plena realização em economias socialistas dando suporte matemático à planificação, nestas realidades, a improvável concorrência perfeita do modo de produção capitalista parecia encontrar maiores possibilidades longe da mistificação.

Na era de ouro, após a segunda guerra mundial, os países capitalistas desenvolvidos, foram obrigados, para garantir a sobrevivência e domesticar mercados concentrados, a metabolizar práticas de planejamento centralizado nas instâncias estatais, vide de Jan Tinbergen, seu também clássico, Planejamento Central<sup>11</sup>, amplamente usado nos cursos de economia dos anos sessenta e setenta. Tanto as economias socialistas quanto as capitalistas se defrontavam com questões convergentes, de um lado e outro da cortina de ferro, as condições do crescimento sustentado, o bem-estar e a ação estatal. Economistas brilhantes como Oskar Lange<sup>12</sup> e Wassily Leontiev<sup>13</sup>, produziram campos teóricos e instrumentais extremamente úteis para a gestão e planejamento econômico.

A fenomenologia híbrida do planejamento ou planificação é realmente muito curiosa, levando em consideração que, com evidentes adaptações, resultou de uma “cultura de tradução”, talvez única, num campo minado por disputas geopolíticas na metade do século XX.

Antes de prosseguir, indiquemos que há dois tipos de preconceitos a serem enfrentados no que estamos chamando de cultura da tradução em relação à China: sua inclusão num conjunto “orientalista” seguindo a abordagem de Edward W. Said na obra já citada e, não menos importante, seu caráter socialista com características chinesas. Em relação à abordagem de Said, é preciso reconhecer, primeiro, que a China no século das grandes humilhações não chegou a ser um território totalmente colonizado tal qual a Índia o foi para o império britânico e, em segundo lugar, hoje, o poderio econômico chinês não comporta ideias lastreadas na superioridade ocidental, levando àqueles que assim o fazem, a equívocos estratégicos, talvez, irreparáveis. Mesmo assim, entre o

---

<sup>11</sup> TINBERGEN, 1964.

<sup>12</sup> LANGE, 1986 e 1967.

<sup>13</sup> LEONTIEF, 1988. Em 1941 publicou A estrutura da economia americana 1919-1929, um dos trabalhos clássicos que lhe valeram o prêmio Nobel em 1973.

início do século XVIII quando começaram os estudos orientalistas e, pelo menos, 1949, a China fazia parte do território racial e culturalmente “inferior” à leste da Europa.

Quanto ao segundo preconceito, pensamos que ele tem origem na profunda incompreensão do fato de que na experiência de desenvolvimento chinesa o socialismo cria, abriga e subordina o “grande capital”, consubstanciado na figura estatal e no seu planejamento orgânico ao longo de todo o tecido econômico. Esta obstrução intelectual desdenha do caráter ancestral do mercado e do seu papel enquanto amplo e profundo meio de socialização das atividades econômicas. O socialismo de mercado com características chinesas tem um Estado que faz “florescer” o capital e as forças produtivas e, em meio a fortes ataques do governo americano, continua ampliando o comércio, atraindo empresas e promovendo uma peculiar integração financeira com bancos e fundos de pensão americanos<sup>14</sup>.

### **ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO ECONÔMICA: A CULTURA DA TRADUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS.**

A seguir iremos abordar alguns aspectos constitutivos da recente trajetória econômica chinesa e mostrar como, via de regra, depõem contra a validade dos paradigmas do mainstream econômico transformados em dogmas unicamente úteis à finança global.

A- A trajetória chinesa aponta, desde 1949 e, principalmente, desde as reformas econômicas iniciadas em 1978 que, o Estado foi e é instância central a conduzir a estratégia de desenvolvimento, com um robusto setor produtivo estatal (constituído por empresas em todos os ramos mais relevantes do três departamentos de produção), um setor financeiro estatal amplo e profundo (instituições de supervisão de crédito e bancos comerciais e de desenvolvimento em todas as esferas de governo) que canaliza os empréstimos, avaliza e monitora os investimentos e contribui para o planejamento estratégico (economia política do projeto<sup>15</sup>). Não é uma questão de tamanho, até

---

<sup>14</sup> “Maior banco da China recebe autorização para parceria com Goldman Sachs” in Poder 360. 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/maior-banco-da-china-recebe-autorizacao-para-parceria-com-goldman-sachs/>. Ver também CINTRA, FILHO, 2015.

<sup>15</sup> JABBOUR, 2020.

porque mesmo quando houveram privatizações e liquidações, o Estado manteve controle sobre os setores estrategicamente mais importantes sob a ótica da terceira e da quarta revoluções industriais. Ao mesmo tempo, as mudanças patrimoniais (como Ignácio Rangel chegou a defender no Brasil<sup>16</sup>) serviram para criar e solidificar um moderno empresariado nacional (com frequência constituído por ex-dirigentes de empresas estatais). Esta característica faz com que as chamadas teorias sobre *crowding out* (Estado versus mercado) e a repressão financeira (excesso de instituições e regulações estatais a afastar a “poupança” e inibir os investimentos) virem meras narrativas falaciosas<sup>17</sup>. Nesta linha de incompreensão ontológica devem ser avaliadas as visões que negando a história do socialismo enquanto formação social, apontam que a China sintetiza uma experiência de capitalismo de Estado, remontando influências weberianas “ideal-tipo” pelas quais haveria uma tecnoburocracia que daria vida ou deslocaria o capital. Mas se este equívoco é bastante vulgar em relação à China, chega aos limites da ignorância quando imagina que o capitalismo de Estado é uma categoria válida para analisar o capitalismo. Trata-se de um pleonasma, nunca houve capital sem Estado, nem há como aceitar uma sociedade em que as relações sociais de produção constitutivas se deslocaram para as esferas públicas.<sup>18</sup>

B- A decisão de impedir os efeitos instabilizadores dos fluxos internacionais de capitais, manifesta-se sob uma conta capital do balanço de pagamentos historicamente fechada e, atualmente, em processo gradual e prudencial de abertura. Este controle tem permitido “endogenizar” a taxa de cambio ao sistema de planejamento, evitando flutuações indesejadas e, ao mesmo tempo, dando estabilidade ao comércio exterior. O controle sobre a taxa de cambio é coerente com decisão de não usar fluxos de capitais de curto prazo para fechar as contas externas e, ao mesmo tempo, liberar a taxa de juros para gerir uma política de financiamento motivada por objetivos industriais. Este aspecto da política econômica chinesa, derruba as teses que defendem a inevitabilidade

---

<sup>16</sup> “Vamos sair da crise”: um debate com Ignácio M. Rangel e Luiz Carlos Bresser Pereira. Transcrição do programa transmitido pela TV Gazeta de São Paulo e TV Capital de Brasília em 1989. Geosul, Florianópolis, v.14, n. 28, p. 201-225, jul/ dez.1999.

<sup>17</sup> CINTRA, 1999.

<sup>18</sup> BRESSER –PEREIRA, 1977.

e as benesses da globalização financeira enquanto processo equalizador das possibilidades de financiamento e investimento<sup>19</sup>.

C- Mesmo constatando a existência de um volume impressionante de importações, em nenhum momento a abertura comercial ocorreu de modo transversal, sem objetivos estratégicos em termos de *catching up* ou, mais ainda, para sustentar a liderança<sup>20</sup>.

D- O investimento direto estrangeiro sempre esteve submetido à possibilidade de estabelecer *joint ventures* e absorção tecnológica. Portanto a abertura econômica e comercial não foi uma decisão unilateral e indiscriminada de aumentar a exposição e produzir elevação da competitividade local, ao contrário, os fundamentos neoschumpeterianos da competitividade passavam e passam por uma política industrial ativa e sofisticada e pela construção de um sistema nacional de inovações<sup>21</sup>.

E- O virtuosismo e criatividade estatal conseguiu ao longo do tempo deslocar a posição do orçamento público da sua centralidade enquanto locus de todas as ações públicas, para uma posição subordinada e complementar do sistema financeiro nacional, passando, em todas as esferas, a concentrar-se mais nas políticas sociais. Ao contrário do Consenso de Washington e dos manuais de finanças sadias, os déficits não são demonizados e servem de indicadores cruciais para o planejamento. Portanto, o ativismo estatal não requer a adoção do mantra da austeridade fiscal<sup>22</sup>.

Estes aspectos, escolhidos entre muitos outros, são particularmente relevantes para a reflexão sobre o destino trágico de países em desenvolvimento assimilados ou presos pela “cultura da tradução” dominante nos centros decisórios dos países capitalistas avançados. Esta indagação não deve relevar o fato de que a China para conquistar soberania realizou uma revolução e que, principalmente na América Latina, a tragédia está inscrita no nosso destino.

---

<sup>19</sup> PERKINS, 2001.

<sup>20</sup> Essa questão fica evidente mesmo a partir da visão mais *mainstream* de Barry Naughton, podendo ser contemplada na palestra que ministrou ao UMass Amherst Political Economy Workshop: Is China creating a new type of economic system?. Disponível em <https://youtu.be/anVkifqp6HI>.

<sup>21</sup> MAZZUCATTO, 2014.

<sup>22</sup> JABBOUR, 2006. Ver também GOUART Jr., 2021.

## **A DEMOCRACIA ENQUANTO VALOR UNIVERSAL FORMATADO PELO OCIDENTE**

A China sofre o tempo inteiro críticas que apontam para seu regime político autoritário comandado por um partido único durante setenta anos, sem eleições nem um sistema de representação nos moldes dos países capitalistas ditos democráticos (autoproclamados como tal) e um processo decisório “*top down*” de uma mão só. Inútil contra argumentar que o partido comunista chinês tem mais de noventa milhões de membros, que tem como filosofia a permanente escuta e encaminhamento das demandas da sociedade. Segundo Jorge Vulibrun (2007)<sup>23</sup>:

Assim, hoje o **consenso** se dá através de assembleias populares que escolhem delegados para o nível imediatamente superior: de bairro e sindicatos, de cidade, de província e, finalmente, federais. Como complemento, é essencial que os governantes chineses se apresentem humildes e simples para não se distanciar do povo. (VULIBRUN, 2007, p. 241)

Quem se deu ao trabalho de ler o discurso de Xi Jinping nas comemorações dos cem anos do partido comunista chinês, confirma a busca contínua das ligações entre o povo e o partido, a luta contra a arrogância, o elitismo e a necessidade dos quadros terem um comportamento humilde. No mesmo artigo Jorge Vulibrun transcreve a seguinte citação de Mengzi (Mêncio, 370 a.C – 289 a.C) retirada de Jullien:

[...] o príncipe não deve se afastar de seu povo, mas “compartilhar “com ele; em lugar de viver às expensas dos outros, fazer comuns as riquezas; em lugar de procurar o prazer próprio, “se comprazer com as alegrias de seu povo, bem como se preocupar com seus problemas” em reciprocidade, o povo não deixará de tomar parte na sua felicidade e nas suas penas]. (JULLIEN, 1997, p. 95, apud VULIBRUN, 2007)

Ao estudar a China, especialmente à sua ascensão global, é chamativa a continuidade ou permanência de algumas das suas características milenares. Aliás, a sua trajetória civilizatória processou-se até meados do século XIX de modo isolado das influências europeias, é sob a sua fase de socialismo de mercado que se abre para o mundo, mas sem abdicar do seu DNA. Neste sentido o ambiente político que

---

<sup>23</sup> VULIBRUN, 2007.

desenvolveu, mesmo que marcado pelo marxismo leninismo, foge dos parâmetros analíticos construídos pela ciência política dos países capitalistas centrais. Entretanto, o novo patamar mundial e sua potencial liderança produtiva e tecnológica, como já foi dito, colocarão novos desafios ao seu sistema moral: a mudança estrutural em contínuas rupturas reguladas, inevitavelmente, virá com novas formas de sociabilidade, de ambição e, talvez, um reforço do individualismo e do egoísmo tão típicos das origens do liberalismo. O futuro a ser construído, de modo acelerado, nas próximas décadas, irá testar a capacidade de permanência dos seus traços mais longevos.

## **CONCLUSÃO**

A ideia de que existem aparelhos ideológicos que formatam visões sobre as trajetórias dos países, associados a grupos políticos e econômicos, estruturas de poder, implica no reconhecimento de que tal “cultura da tradução”, na origem, é próxima de posições imperialistas e colonialistas ou é assimilada por grupos de poder subservientes. No entanto, essa parafernália de preconceitos não equivale a “conhecimento” e, mesmo útil ao mundo da finança, não contribui a aproximar estilos de vida diferentes, não criam pontes entre diversas civilizações, não permitem superar a mesmice dos interesses comerciais, não é contemporânea de um comportamento democrático que entende a diversidade como fundamento da existência.

Muitas das especulações aqui lançadas, evidentemente, correm o risco da desintegração temporal. Ao lidar com a tensão entre a China e o mundo ocidental, mal personificado pela Europa e os Estados Unidos, tratamos de uma transição geopolítica, com movimentos tecnológicos e produtivos de fundo tectónico, cuja dimensão é longa e certamente tende a superar nossos horizontes de vida. Uma travessia com intensas tempestades climáticas, em que não ha um local definido de chegada, um porto seguro.

Neste sentido, parece crucial batalhar pela desconstrução destas culturas (e destes núcleos de poder) buscando conexões qualitativamente diferentes entres os povos deste mundo em que tudo parece já mapeado ou em vias de ser radiografado pela inteligência artificial e a big data. A China, como afirma Vulibrun (2007), a caminho de ser a primeira potência mundial, desempenha com seu pensamento peculiar, um espelho

do que somos e do que podemos vir a ser. Demais dizer que este desafio cognitivo é mais relevante para as nações que ainda lutam pelo bem-estar e a soberania.

A grandeza e intensidade das transformações chinesas, a convertem num centro econômico com poder gravitacional inédito, independentemente do seu destino as nações desenvolvidas e em desenvolvimento terão, mais e mais, que conviver e metabolizar sua presença. O título de artigo recente de Jose Luís Fiori é emblemático: Sete potencias e um destino: conviver com o sucesso da civilização chinesa”<sup>24</sup>.

## REFERÊNCIAS

ALLETON, Viviane. **Escrita Chinesa**. RS, Porto Alegre: Editora LPM, 2010. 120p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Notas introdutórias ao modo tecno burocrático ou estatal de produção. In: **Estudos CEBRAP**, número 20, abril-junho/1977, p. 777-109. 1977.

CINTRA, M.; SILVA FILHO, E. O sistema financeiro chinês: a grande muralha. In CINTRA, M.; SILVA FILHO, E.; Pinto.(org) **China em transformação**. IPEA, Brasília, 2015.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Uma visão crítica da teoria da repressão financeira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

FILHO, Ernani Teixeira Torres. **Japão**: da industrialização tardia à globalização financeira. In FIORI, José Luís (organizador) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

GOULART JR. Jaderson. **Reflexões Sobre o Sistema Fiscal Chinês**. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 2021.

JABBOUR, Elias M. K. **China**: socialismo e desenvolvimento sete décadas depois. São Paulo, SP: Editora Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, segunda edição revisada e ampliada, 2020. 277 p.

\_\_\_\_\_. **China**: infra-estruturas e crescimento econômico. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006. 256 p.

JULLIEN, F. **Figuras da imanência**: para uma leitura filosófica do I Ching, o clássico da mutação. São Paulo: Editora 34, 1997.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, SP: Editora Abril Cultural, 1982.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo, SP: Editora Objetiva, 2013.

LANGE, Oskar. Ensaio sobre planificação econômica. In: **Os economistas**: Lange e Tinbergen. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1986.

---

<sup>24</sup> “Sete potencias e um destino”. José Luís Fiori (2021).

\_\_\_\_\_. **Optimal Decisions:** principles of programming. Westchester, Nova York: Pergamon Press & PWN – Polish Scientific Publishers, 1967.

LEONTIEF, Wassily. **A economia do insumo produto.** Editora Nova Cultural, SP, 1988

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping.** São Paulo, SP: Nova Fronteira, 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor:** desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo, SP: Portfolio-Penguin, 2014.

NAPOLEONI, Claudio. A teoria da planificação. In: **A teoria econômica no século XX.** Editora Presença, Lisboa, 1973.

PERKINS, Dwight H. Industrial and financial policy in China and Vietnam: A new model or a replay of the East Asian experience?. In: STIGLITZ, Joseph.; YUSUF, Shahid. **Rethinking the East Asian Miracle.** World Bank Publications, 2001, p. 247-294, 2001.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2007.

TINBERGEN, Jan. **Planejamento central.** São Paulo, SP: Editora Atlas, 1964.

VULIBRUN, Jorge Norberto. Para que nos serve o pensamento chinês?. *Revista de Ciências Humanas*, v. 41, n. 1 e 2, p. 217-249, 2007.